

Secretaria de
Estado da
Administração



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

PARECER JURÍDICO

Minuta

Ementa: Procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, mediante a utilização do sistema de Registro de Preços. Contratação para fornecimento de água mineral afim de atender as demandas dos órgãos e entidades da administração pública do Estado de Goiás. Controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação. Atendimento ao art. 53 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e ao art. 27 do Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, a fim de atender as demandas dos órgãos e entidades da administração pública do Estado de Goiás, conforme condições e demais especificações contidas na minuta de edital e nos demais documentos dos autos.
2. A estimava de custo da contratação é no importe de **R\$ 2.052.195,04** (dois milhões, cinquenta e dois mil e cento e noventa e cinco reais e quatro centavos).
3. Instruem os autos os seguintes documentos: DOD- Documento de Oficialização de Demanda ([SISLOG nº 63448](#)); TR- Termo de Referência – versão 2 ([SISLOG nº 102827](#)) e seu anexo ([SISLOG nº 124028](#)); ETP- Estudo Técnico Preliminar ([SISLOG nº 85141](#)); Orçamento Estimado ([SISLOG nº 105907](#)) com relatórios e planilha (SISLOGs [107317](#), [107359](#), [107384](#), [116001](#)); Mapa de Riscos (SISLOG nº [115984](#)); Portaria da Contratação ([SISLOG nº 124081](#)); Minuta de Edital ([SISLOG nº 124140](#)); Minuta Contratual (SISLOG nº [124785](#)); e Minuta de Ata de Registro de Preços- ARP ([SISLOG nº 124572](#)), Check List (SISLOG nº [124999](#)).
4. Após a solicitação da Gerência de Compras Centralizadas, chegaram os autos a esta Procuradoria Setorial para análise e emissão de Parecer jurídico, em obediência ao disposto no art. 53 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
5. É o sucinto relatório. Passa-se a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

6. Oportuno salientar que ainda há *checklist* aprovado pela PGE quanto à Lei Federal 14.133/2021. Assim, o parecer jurídico analisará os requisitos estritamente legais da Legislação Federal 14.133/2021, bem como do Decreto Estadual nº 10.247/2023 e Decreto nº 10.207/2023, quanto ao procedimento licitatório instruído pela área técnica.

II.I. ANÁLISE JURÍDICA E COMPETÊNCIAS.

7. Inicialmente, destaca-se que a **Procuradoria-Geral do Estado (PGE)** editou a **Súmula Administrativa nº 20**, aprovada pelo **Decreto nº 9.422, de 9 de abril de 2019**, que determina a obrigatoriedade de anexação do checklist correspondente, elaborado pela **Secretaria de Estado da Administração (SEAD)** ([SISLOG 124999](#)), ao despacho de encaminhamento de processos à PGE. O checklist deve estar devidamente preenchido e conferido pela unidade de origem. Caso contrário, os autos serão devolvidos de forma imediata por simples despacho. Veja do entendimento sumulado:

Súmula 20 – Ao encaminhar processos à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a administração pública estadual deve anexar, ao despacho de encaminhamento, o checklist correspondente, disponível no site da PGE (campo *Cartilhas e Minutas*), devidamente preenchido e conferido pela unidade de origem, sob pena de imediata devolução dos autos por simples despacho, ressalvada a hipótese de questão prejudicial ou urgente devidamente justificada por despacho circunstanciado.

II.II. COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS MINUTAS

8. Superada a questão da competência técnica, ressalta-se o **art. 47, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Estadual nº 58/2006**, que estabelece que a análise e aprovação prévia das minutas de licitação, contratos, convênios ou ajustes **de valor até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)** compete ao **Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Setorial do órgão interessado**. Valores superiores a esse limite devem ser submetidos ao **órgão central da PGE** para análise complementar, sem prejuízo das competências da Procuradoria Setorial. Nesse sentido, colaciona-se o trecho da lei:

Art. 47. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes de qualquer natureza, dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo estadual deverão ser previamente examinadas e aprovadas pela Procuradoria-Geral do Estado, sem prejuízo da análise jurídica incidental ao longo do procedimento.

§ 1º A competência prevista no caput é do procurador do estado chefe da procuradoria setorial do órgão ou da entidade interessada nas hipóteses em que as licitações, os contratos, os convênios, os acordos e os ajustes compreendam valores que não ultrapassem a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

§ 2º Acima do valor fixado no § 1º será necessária a manifestação jurídica do Procurador-Geral do Estado antes da formalização do ajuste, sem prejuízo do exercício das competências do chefe da procuradoria setorial. *(grifo)*

9. A **Nota Técnica nº 1/2021 – GAPGE** consolidou esse fluxo procedimental, reafirmando que a análise preliminar feita pela Procuradoria Setorial **não substitui** outras verificações jurídicas necessárias ao longo do processo de licitação ou contratação. Tais conclusões foram sintetizadas nos seguintes termos:

10. Avançando-se no texto normativo, o § 1º subsequente confere competência da **análise preliminar (minutas)** para o **Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Setorial do órgão ou da entidade interessada, nas hipóteses em que as licitações, os contratos, convênios, acordos e ajustes compreendam valores que não ultrapassem a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)**. Desta feita, nesta hipótese o processo de licitação, contratação ou formalização de ajuste não demandará ser direcionado ao órgão central da Procuradoria-Geral do Estado para análise complementar.

[...]

17. Ponto de relevância para a escorreita interpretação e aplicação do citado normativo em destaque (art. 47, §§ 1º e 2º) é que **tal análise jurídica preliminar (relacionada às minutas) não desloca ou substitui qualquer outro exame necessário e incidental a ser realizado pela Procuradoria-Geral do Estado** ao longo do procedimento de licitação, contratação ou celebração de convênios e ajustes de qualquer natureza.

[...]

27. Consolidando-se, por conseguinte, as alterações promovidas pela Lei Complementar estadual nº 164/2021 à Lei Complementar estadual nº 58/2006 nos procedimentos atinentes aos negócios públicos, podemos sintetizá-las da seguinte forma:

[...]

b) **a análise prévia das minutas de editais** de licitação, contratos, aditivos, acordos, convênios ou ajustes de qualquer natureza, dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo estadual, **de forma exclusiva, pelo Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Setorial do órgão ou da entidade interessada; (grifo)**

II.III. CRITÉRIO DE COMPETÊNCIA NO CASO ESPECÍFICO

10. No caso específico, por se tratar de um **procedimento de Registro de Preços**, a competência para análise jurídica deve considerar não apenas o **valor da licitação**, mas o **valor estimado dos contratos**. Esse entendimento foi consolidado no **Despacho nº 1.399/2019- GAB** (*Processo SEI nº 201800010039061, evento nº 8866871*) e recentemente ratificado pelo **Despacho nº 981/2023/GAB** (*Processo SEI nº 202200010054662, evento nº 48657550*), que reafirma:

6. Tanto o Despacho n. 1.399/2019- GAB (8866871), quanto o Despacho n. 1893/2020 - GAB (000016418443) foram firmados antes do advento da Lei Complementar n. 164/2021, a qual elevou de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para **R\$ 10.000.000,00** (dez milhões de reais) a alçada de atuação do Procurador Chefe da Procuradoria Setorial.

7. De toda forma, em que pese essa alteração legislativa, **não houve modificação no entendimento de que a competência da Procuradoria Setorial deve considerar não o valor da licitação, mas sim, o valor dos contratos**, sem prejuízo da hipótese de licitação envolvendo ata de registro de preços, cujas peculiaridades recomendam solução diversa. Tanto é assim que a linha de raciocínio desenvolvida no Despacho n. 1893/2020- GAB (000016418443) restou confirmado na Nota Técnica n. 01/2021- GAPGE, a qual, como se sabe, traçou orientações gerais sobre os impactos da Lei Complementar n. 164/2021. Segundo se infere do parágrafo 11 dessa nota técnica, **o contrato administrativo de valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) não desafia a apreciação deste gabinete.**

8. Aplicando tais considerações ao caso em apreço, conclui-se que, em que pese o valor da licitação ser superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerando que nenhum dos contratos (47989819, 47989871, 47989921 e 47990092) excede esse patamar, tem-se que o presente processo não demanda a apreciação por parte deste órgão central, o que, por óbvio, não afasta a sua atuação em eventual análise pontual e incidental, sempre que for solicitado.

9. Ante o exposto, deixo de apreciar o Parecer Jurídico SES/PROCSET n. 375/2023 (48295475), porquanto compete à Procuradoria Setorial da Pasta interessada o exame dos contratos inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), o que deverá ser feito consoante o fluxo previsto na Nota Técnica n. 01/2021 - GAPGE. (...) (Despacho nº 981/2023/GAB (Processo SEI nº 202200010054662, evento nº 48657550). **(grifo)**

11. Dessa forma, considerando que o **valor estimado do pregão eletrônico em análise é de R\$ 2.052.195,04** (dois milhões, cinquenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e quatro centavos), **a competência para análise jurídica preliminar pertence à Procuradoria Setorial do órgão responsável**. Assim, **não há necessidade de nova manifestação da PGE sobre o processo** (*art. 28, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 01/2024-SEAD*).

II.IV. OBJETIVO DA ANÁLISE JURÍDICA

12. Destaca-se que a análise realizada pela Procuradoria Setorial visa **assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade**, conforme determina o **art. 53 da Lei nº 14.133/2021**. No entanto, **não abrange aspectos técnicos, mercadológicos ou de conveniência e oportunidade**, os quais são de competência do setor técnico do órgão, com base em parâmetros objetivos para a melhor consecução do interesse público.
13. Eventuais observações sobre esses aspectos decorrem apenas da sua **conexão com questões jurídicas**, ressaltando-se que o seu acatamento **é discricionário**, conforme disposto no **Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União (AGU)**.
14. Por fim, destaca-se que a presente manifestação **se restringe a este processo administrativo e se fundamenta na documentação que o integra até o momento**, tomando-a como pressuposto.

III. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC) foi editada para estabelecer as *“normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”*, em substituição à Lei nº 8.666/1993, à Lei nº 10.520/2002 e aos arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011, expressamente revogados pelo seu art. 193.
16. Vale frisar que a faculdade conferida à Administração de *“optar por licitar ou contratar diretamente”* de acordo com as leis do antigo regime licitatório, prevista no caput do art. 191 da Lei nº 14.133/22, restou limitada ao prazo fixado para a revogação destas leis, mediante manifestação do agente público competente, ainda na fase preparatória do certame, conforme entendimento firmando no Despacho nº 436/2023/GAB (SEI nº 45783900). Logo, ultrapassado o período de “convivência normativa”, resta impositiva a aplicação da NLLC aos procedimentos instaurados sob a sua regência exclusiva.
17. No presente caso, a sujeição à Lei nº 14.133/2021 foi expressamente reconhecida no subitem 1.1 da Minuta de Edital ([SISLOG 124140](#)), bem como no preâmbulo da Minuta Contratual ([SISLOG 124785](#)).

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO

IV.I. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

18. O artigo 18, incisos I a XI, da Lei nº 14.133/2021, estabelece as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I- a **descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II- a **definição do objeto** para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III- a **definição das condições de execução e pagamento**, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV- o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V- a **elaboração do edital de licitação**;

VI- a **elaboração de minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII- o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de **obras e serviços** de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII- a **modalidade de licitação**, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o

resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital**, tais como justificava de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificava das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X- a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI- a **motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei.

[...].

19. Nos presentes autos, as exigências encontram-se materializadas nos documentos que compõem a instrução do processo de contratação: **I. a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar** (Tópico 1, item 1.5 e s.s., do ETP – Estudo Técnico Preliminar – [SISLOG 85141](#)); **II. a definição do objeto** (Tópico 2.1 do TR – Termo de Referência- [SISLOG 67511](#)); **III. A definição das condições de execução e pagamento** (Tópicos 7 e 9 do TR – Termo de Referência- [SISLOG 67511](#)) **IV. o orçamento estimado** (Evidência do Orçamento Estimado – [SISLOG 107384](#)); **V. a elaboração do edital de licitação** (Minuta de Edital – [SISLOG 124140](#)); **VI. a elaboração da minuta de contrato** (Minuta Contratual – [SISLOG 124785](#)); **VII. o regime de fornecimento de bens** (Item 2.2 do TR – Termo de Referência- [SISLOG 67511](#)); **VIII. modalidade de licitação** (Item 10.1 do TR – Termo de Referência- [SISLOG 67511](#)); **o critério de julgamento** (Item 10.2 do TR – Termo de Referência – [SISLOG 67511](#)); **o modo de disputa** (Item 10.3 do TR – Termo de Referência- [SISLOG 67511](#)); **IX. a justificativa da não admissão de participação de empresas reunidas em consórcio** (Itens 10.5, 10.19, 10.20 do TR – Termo de Referência- [SISLOG 67511](#)); **X. análise de riscos** (Mapa de riscos – [SISLOG 115984](#)); **XI. a divulgação do orçamento estimado não sigiloso** (Item 3.2. do TR – Termo de Referência- [SISLOG 67511](#)).

20. Nesse sentido, atende o processo os requisitos mínimos legais supra destacados, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

21. No que tange a modalidade adotada, **Pregão Eletrônico, mostra-se consoante com o que** determina o **art. 29 da Lei nº 14.133/2021**, que exige essa forma para aquisição de bens e serviços **com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos** no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

22. Além disso, o **critério de julgamento adotado – menor valor por item – também está em conformidade com o art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.**

23. A modalidade "menor preço por item" revela-se a mais adequada para a presente contratação, considerando a existência de múltiplos itens. Essa escolha favorece o interesse da Administração, pois amplia a competitividade entre os licitantes, aumentando as chances de obter melhores preços para cada item individualmente.

24. Destaca-se que a licitação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, o qual será melhor analisado a seguir.

IV.II. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E HIPÓTESES DE UTILIZAÇÃO.

25. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um procedimento para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, obras e aquisição ou locação de bens para contratações futuras, podendo ser adotado via licitação na modalidade pregão ou concorrência, conforme definido no **art. 6º, XLV, da Lei nº 14.133/2021.**

Art. 6º. (...) XLV- sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras; (...)

26. A regulamentação geral do SRP encontra-se nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, dentro do Capítulo X, Seção V, que trata dos instrumentos auxiliares. No entanto, a legislação não detalha as hipóteses de

aplicação do SRP nem obriga sua adoção, limitando-se a indicar que **o sistema pode ser utilizado para a contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia** (art. 82, §5º, caput). A norma estabelece exigências para os editais e condições para a utilização do sistema (art. 82, caput e §5º, incisos I a VI), deixando a avaliação sobre sua pertinência a cargo do planejamento da contratação.

27. Dessa forma, a **Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC)** atribuiu aos estados-membros a responsabilidade de regulamentar o uso do SRP, permitindo maior flexibilidade na sua aplicação.

28. O Estado de **Goiás**, por meio da **Instrução Normativa nº 001/2024**, definiu um conjunto de hipóteses em que o **SRP deve ser preferencialmente utilizado**:

- Quando há necessidade permanente ou frequente de aquisição do item. (art. 19, inc. I, da IN 001/2024)
- Quando não for possível prever a ocasião e a quantidade exata da demanda. (art. 19, inc. II, da IN 001/2024)
- Quando for conveniente a aquisição parcelada ou contratação por unidade de medida. (art. 19, inc. III, da IN 001/2024)
- Quando a contratação for compartilhada entre diferentes órgãos ou entidades. (art. 19, inc. IV, da IN 001/2024)
- Para execução descentralizada de programas ou projetos estaduais. (art. 19, inc. V, da IN 001/2024)
- Em contratações específicas, como merenda escolar e alimentos perecíveis. (art. 19, inc. VI, da IN 001/2024)

29. A norma ainda reforça que a **falta de previsão orçamentária, por si só, não justifica a adoção do SRP**.

30. Na prática, para a aquisição de bens comuns, **o planejamento da contratação deve avaliar a viabilidade do uso do SRP**, considerando a expectativa de consumo anual, bem como as hipóteses do art. 19 da IN nº 001/2024. Contudo, a aplicação do SRP **não é obrigatória**, sendo uma **faculdade da administração pública, que deve justificar sua decisão com base nos critérios normativos**.

31. No caso dos autos, observa-se que o órgão assessorado justificou no item 2.7 e subitens do **ETP- Estudo Técnico Preliminar** a adoção do SRP. Pede-se vênica para transcrição do item 2.7.2 em especial:

2.7.2. No caso específico da solução escolhida, água mineral envasada, a modalidade mais apropriada é o pregão com SRP, pois atende a critérios essenciais, como:

Transparência e Competitividade: O pregão garante ampla participação e competitividade, conforme previsto no artigo 28 da Lei 14.133/2021. A modalidade eletrônica, preferencialmente utilizada, amplia a publicidade e transparência do processo, atraindo um número maior de fornecedores e resultando em propostas mais vantajosas para a administração pública.

Racionalização e Otimização das Compras Públicas: O SRP permite o registro formal de preços para aquisições futuras de forma planejada e contínua. As contratações podem ser realizadas conforme a necessidade dos órgãos, sem a obrigação de execução imediata do objeto licitado, promovendo a otimização do uso de recursos públicos.

Eficiência Operacional: O uso do SRP com pregão favorece a economia de escala, já que diversos órgãos podem aderir a uma mesma ata de registro de preços. Isso reduz a fragmentação das compras e amplia o poder de negociação da administração, tornando o processo mais ágil e eficiente.

Planejamento Orçamentário: O SRP permite um planejamento orçamentário mais preciso, pois os preços registrados dão clareza às futuras aquisições, assegurando a utilização eficiente dos recursos sem a necessidade de novos processos licitatórios para demandas recorrentes.

Redução de Custos Administrativos: O SRP evita a repetição de processos licitatórios para itens de consumo contínuo ou de grande demanda, gerando economia de recursos administrativos e maior agilidade no atendimento das necessidades dos órgãos.

Atendimento a Vários Órgãos: O SRP promove integração e uniformidade nas aquisições de diferentes órgãos estaduais, o que garante previsibilidade e organização tanto para a administração quanto para os fornecedores.

32. Essa justificativa enquadra-se no **art. 19, IV, da IN nº 001/2024**, que trata das **contratações compartilhadas**, bem como no **art. 19, I, da IN nº 001/2024**, que trata da **necessidade permanente ou**

frequente de aquisição do item, vez que resta claro ser item de consumo contínuo.

33. Por fim, a **utilização do SRP para contratações compartilhadas** encontra respaldo legal, também, no **art. 82, §6º, da Lei nº 14.133/2021**, que define a contratação compartilhada como a aquisição de bens, serviços ou obras por dois ou mais órgãos, sob coordenação da unidade central de compras e no **art. 8º, II, da [IN nº 001/2024-SEAD](#)**.

34. Em suma, o uso do SRP deve ser avaliado conforme a necessidade e os critérios normativos, sem aplicação automática, mas sempre com justificativa embasada na legislação vigente.

IV.III. DAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO SRP.

35. Uma vez delineadas as hipóteses de utilização do SRP, passa-se a análise das condições de utilização impostas pela Lei nº 14.133/2021:

Art. 82

[...]

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I- realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II- seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III- desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;

IV- atualização periódica dos preços registrados;

V- definição do período de validade do registro de preços;

VI- inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

36. No inciso I do indicado artigo, a NLLC ratificou a necessidade de ampla pesquisa de mercado, considerando, inclusive, a amplitude da licitação mediante SRP, que, não raro, atenderá múltiplas demandas de vários órgãos/entidades.

37. Tal indicativo foi atendido, conforme verifica-se no “Tópico 3 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFERENCIAIS” do TR- Termo de Referência - versão 2 ([SISLOG 102827](#)); em “Tópico 4- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO” no ETP- Estudo Técnico Preliminar ([SISLOG 85141](#)); bem como Relatório III ([SISLOG 107317](#)) e Relatório IV ([SISLOG 107359](#)) do Orçamento Estimado ([SISLOG 105907](#)) contendo Planilha de Composição de Custos e Evidência do Orçamento Estimado.

38. O **inciso II** representa uma **delegação normativa** aos entes federativos, reafirmando sua competência para definir procedimentos específicos no âmbito do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Nesse contexto, o **Estado de Goiás**, exercendo essa prerrogativa, editou a **Instrução Normativa nº 001/2024**, regulamentando aspectos específicos das licitações e contratos.

39. Já o **inciso III** destaca a **importância da continuidade na gestão administrativa das contratações**, especialmente no que se refere ao **gerenciamento das atas de registro de preços**, controle de adesões e administração dos grandes volumes adquiridos por diferentes órgãos e entidades.

40. O **inciso IV**, por sua vez, enfatiza a necessidade de **manter o equilíbrio econômico-financeiro**, garantindo a **atualização dos preços registrados em ata** antes mesmo da formalização dos contratos. A Administração deve assegurar que os valores registrados estejam alinhados com a inflação e a variação normal dos preços, seguindo **períodos e índices previamente definidos**.

41. Quanto aos incisos V e VI, mostra-se relevante realizar maiores considerações, vez que demandam uma análise mais detalhada, dada sua relevância para a aplicação do SRP.

IV.III.I. PRAZO DE VALIDADE E VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS (ART. 82, §5º, INCISO V):

42. O artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, fixou que, as **atas de registro de preços terão validade correspondente a 1 (um) ano**, prazo fixo que poderá ser prorrogado por igual período, chegando a até 2 (dois) anos, **desde que comprovada a vantagem do preço registrado**.

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

43. Percebe-se, portanto, que a NLLC denota a fixação de um prazo fixo e determinado, ficando a vigência inicial da ata sempre correspondente a 1 (um) ano.

44. Nesse contexto, a Instrução Normativa nº 001/2024 SEAD/GO em seu artigo 45 aplica integralmente o regramento da NLLC no tocante a vigência atualizada, conforme transcreve-se:

Art. 45 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

45. Ressalta-se, ainda, que a prorrogação da ARP pressupõe que se demonstre que o preço registrado persiste vantajoso, mediante adequada pesquisa de preços, permitindo-se, inclusive, negociação com o detentor da ATA.

46. Por fim, aproveita-se a oportunidade para rememorar que o prazo de vigência da ata de registro de preços não se confunde com a duração dos contratos administrativos que dela podem advir.

IV.III.II. CADASTRO DE RESERVA (ART. 82, §5º, INCISO VI)

47. Por sua vez, o inciso VI do parágrafo 5º do art. 82, junto ao inciso VII do caput de mesmo artigo, instituem o **“cadastro de reserva no Sistema de Registro de Preços (SRP)”**. Esse mecanismo permite o registro, em ata, de fornecedores que aceitem ofertar o objeto licitado pelo mesmo preço do vencedor, sem, contudo, serem equiparados a ele.

48. Após a fase de **classificação e definição do vencedor**, os demais participantes podem reduzir seus preços ao valor final do adjudicado e serem incluídos no **cadastro de reserva**. Esses fornecedores poderão ser convocados caso o primeiro colocado não consiga atender à demanda ou tenha seu registro cancelado. Assim, a ata de registro de preços passa a **vincular os cadastrados ao fornecimento**, garantindo continuidade na contratação.

49. A Instrução Normativa nº 001/2024 SEAD-GO regulamentou detalhes do cadastro de reserva em seu art. 40 e seguintes, estabelecendo requisitos a serem observados na **fase externa da licitação**. Além disso, a inclusão dos aderentes na ata e daqueles que mantiverem sua proposta original é **condição obrigatória** para o uso do SRP, conforme determina o **art. 82, §5º, inc. VI, da Lei nº 14.133/2021**.

50. No presente caso, a exigência foi atendida conforme previsto no **item 11.7** da Minuta de Edital ([SISLOG 124140](#)), baseada no critério de **menor preço ou maior desconto**.

IV.III.III. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP.

51. Ainda, quanto aos procedimentos a serem adotados para utilização do SRP, a IN Nº 001/2024 SEAD/GO, estabeleceu em seu art. 27 o **procedimento a ser observado para a realização do Sistema de Registro de Preços mediante procedimento licitatório**:

Art. 27 O procedimento do SRP conterá as seguintes fases, observado o disposto nas normas estaduais que regulamentam a etapa preparatória das contratações:

- I. Etapa preparatória;
- II. Intenção de Registro de Preços- IRP;
- III. Seleção do fornecedor;
- IV. Formalização e gerenciamento da Ata de Registro de Preços;

52. Dentre essas etapas, a **IRP merece atenção especial**.

53. Essa etapa permite que outros órgãos interessados se manifestem para participar da futura Ata de Registro de Preços, possibilitando compras compartilhadas e garantindo maior eficiência e economia.

54. Segundo o **art. 86 da Lei nº 14.133/2021**, bem como art. 31 da IN SEAD nº 001/2024, na fase preparatória da licitação, o órgão ou entidade gerenciadora deve **publicar a intenção de registro de preços, permitindo que outros órgãos participem da ata**. Esse procedimento deve ocorrer com antecedência mínima de **8 dias úteis** da abertura do processo licitatório e tem como objetivo estimar o volume total da contratação.

55. Nestes termos, a IRP foi regulamentada pela IN SEAD nº 001/2024, em seu art. 30 e seguintes, tendo sido estabelecido no art. 27, §1º de mesma instrução que **o procedimento poderá ser dispensado quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante**:

Art. 27 [...] § 1º A etapa de intenção de registro de preços prevista no inciso II do caput deste artigo não será realizada na hipótese de realização de SRP por órgão detentor de demanda exclusiva, nos termos do § 1º do art. 22 desta Instrução Normativa.

56. Ainda sob previsão do art. 27 da IN nº 01/2024-SEAD, em §4º têm-se as hipóteses de dispensa do procedimento de IRP mediante justificativa:

§ 4º A etapa de intenção de registro de preços prevista no inciso II do caput deste artigo poderá ser dispensada, mediante justificativa, em especial:

I- em razão da urgência da demanda;

II- demanda por quantitativo inexpressivo;

III- complexidade ou peculiaridade técnica do objeto;

IV- prejuízo à competitividade;

V- nos casos de contratação decorrente de programa ou projeto estadual cuja demanda é levantada por unidade central.

57. De outro lado, **em se tratando de registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata** (art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

58. Em se tratando da fase preparatória do processo licitatório importa observância aos art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 27, §§3º e 4º, da IN nº 01/2024-SEAD, reforçando que a *“entidade gerenciadora deverá neste momento, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação”*. **No presente caso em análise, a estimativa da quantidade a ser contratada e apresentada na fase de intenção de registro de preços/circularização consta em item 3.1.1 “Quantitativo referencial para obtenção do valor estimado” do TR – Termo de Referência – VERSÃO 2 ([SISLOG 102827](#))**.

IV.IV. DA MINUTA DO EDITAL

59. A confecção do edital, como elemento da fase preparatória do processo licitatório, tem amparo no art. 18, V da Lei nº 14.133/2021. Quanto aos requisitos a serem observados resta a previsão do art. 25 de mesma lei:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

60. No autos em apreço têm-se formada a Minuta de Edital sob o critério de menor preço ou maior desconto por item ([SISLOG 124140](#)), que segue orientado pelo modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União com as alterações necessárias, a qual, de forma geral, reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos dispositivos acima referidos, referenciadas especialmente nos Tópicos 7 “DA FASE DE JULGAMENTO”, 8 “DA FASE DA CONTRATAÇÃO”, 9 “DOS RECURSOS” da minuta.

IV.IV.I. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

61. Quanto às prerrogativas destinadas às microempresas e empresas de pequeno porte há previsão constitucional (arts. 170, IX, e 179 da CF/88). Leia-se o texto do citado dispositivo:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...] IX- tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

62. Ainda, a Lei Complementar nº 123/2006 dispõe que a administração pública deverá estabelecer em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

63. Por sua vez, a Lei Complementar Estadual nº 117/2015, em seu art. 25, preconiza que nas licitações para a aquisição de bens, prestação de serviços e execução de obras de natureza divisível, os órgãos e as entidades contratantes poderão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto, para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

64. Nesse mesmo sentido, os **artigos 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006** estabelecem medidas para fomentar a participação de **microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) nas contratações públicas**, dentre elas a determinação de que licitações para itens ou lotes de até R\$ 80 mil devem ser exclusivas para ME e EPP, garantindo oportunidades para pequenos negócios e fomentando a economia local.

65. Quanto a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), em seu art. 4º, disciplina sobre a utilização dos mandamentos da Lei Complementar 123/2006, bem como elenca algumas exceções quanto a sua aplicação:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I- no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

66. Nesse sentido é a orientação emanada da Procuradoria-Geral do Estado no Despacho n. 103/2019-GAB (201700016003039):

“16. Com efeito, numa interpretação teleológica dos arts. 48, III, da LC nº 123/2006 e 9º da Lei estadual nº 17.928/2012, é possível chegar à compreensão de que, nos processos de aquisição de bens de natureza divisível, reside a obrigatoriedade de reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) às indigitadas categorias de empresas quando da participação destas em licitações; **a contrario sensu é a faculdade da adoção de tal medida nos casos em que a contratação objetivar a prestação de serviço.**

17. Nota-se, pelos comandos normativos citados, que o legislador buscou ressaltar a obrigatoriedade de reserva de cota do objeto, nos casos de aquisições, por meio de alterações legislativas, positivadas no plano federal pela LC nº 147/2014 e no âmbito estadual pela Lei nº 18.989/2015.” **(grifo).**

67. Observações feitas quanto a disciplina, têm-se que o instrumento convocatório foi destinado à ampla participação com cota reservada tendo em vista que o objeto, dividido em itens foi estimado em valores superiores à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme disciplina do art. 48, I da LC nº 123/2006.

68. Em conformidade com a recomendação do Acórdão nº 3347/202, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, alerta-se para a necessidade de adoção de um procedimento de consulta ao Portal da Transparência estadual e ao sistema SIOFI.
69. Essa verificação deve avaliar se o somatório dos valores das ordens de pagamento recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, que tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, **ultrapassou, no exercício anterior, os limites estabelecidos no artigo 3º, incisos I e II, da mesma lei.**
70. Além disso, caso a empresa tenha iniciado suas atividades no exercício considerado, deve-se observar o limite proporcional previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006.
71. A consulta também deve abranger o exercício corrente, com o objetivo de verificar se o somatório das ordens bancárias recebidas pela empresa, até o mês anterior à sessão pública da licitação, extrapola os limites legais, considerando-se, ainda, o acréscimo de 20% (vinte por cento) estabelecido no artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123/2006.
72. Superadas as observações preliminares, passa-se às especificações do procedimento em análise.

IV.V. DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

73. Ainda em atenção a fase preparatória do processo licitatório, por determinação do **art. 6º, inc. XLVI, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023**, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, há a vinculação do processo à Ata de Registro de Preços. Esse instrumento obrigacional registra os preços, fornecedores, quantidades e condições para futuras contratações pela Administração Pública, sem impor a obrigação de aquisição imediata, garantindo transparência e previsibilidade aos fornecedores interessados.
74. No caso dos autos, a Minuta de Ata de Registro de Preços ([SISLOG 124572](#)), que foi juntada ao processo, segue o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, com as necessárias alterações, tendo contemplado requisitos como o objeto, órgãos gerenciadores participantes, adesão à Ata de Registro de Preços, validade da ata, formalização da ata, dos preços registrados (acréscimos, alteração, reajuste...), cancelamento, remanejamento das quantidades e penalidades, deixando em destaque espaços destinados à qualificação dos fornecedores, preços, especificações e quantitativos.
75. Assim, quanto a minuta da ARP, foi elaborada em consonância com a legislação de regência, não havendo o que ressaltar.

IV.VI. DA MINUTA DO CONTRATO

76. O **artigo 92 da Lei nº 14.133/2021**, trata dos requisitos a serem observados na elaboração da minuta do contrato.
77. No caso dos autos, a **Minuta Contratual** ([SISLOG 124785](#)) que foi juntada ao processo reúne, de forma geral, as cláusulas e condições essenciais exigidas nos dispositivos acima referidos, as quais estão de acordo com o ordenamento jurídico.
78. Destaca-se do documento a vinculação à Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, especialmente, nos casos omissos, pelo Decreto Estadual nº 10.247, de 30 de Março de 2023, e demais normas regulamentares aplicáveis.
79. Segue em “CLÁUSULA PRIMEIRA” da minuta contratual a descrição do objeto. Faz, a minuta, apontamento ao TR – Termo de Referência, em especial sobre o “Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO”, bem como os itens 9.1 ao 9.3 do “Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO”, com intuito de destacar o regime de execução ou a forma de fornecimento do contrato. Já quanto as condições de prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo recaem como menções, também, ao TR – Termo de Referência, sendo apontados o “Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO”, de mesmo Termo, e seus itens para tanto. Já no “**PARÁGRAFO OITAVO**” da minuta contratual **têm-se o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro. No que tange às garantias** oferecidas para assegurar sua plena execução a “CLÁUSULA SÉTIMA” da minuta contratual destaca que *“todos os produtos eventualmente entregues neste contrato deverão obedecer à garantia legal”*.
80. Ainda, a “CLÁUSULA OITAVA” direciona quanto as obrigações e responsabilidades da contratada, dentre elas a contemplada no inciso X., estabelecendo compromisso em *“manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás,*

conforme legislação vigente” e seguindo esse liame, a “CLÁUSULA NONA” relaciona as responsabilidades da contratante.

81. Assim, quanto a minuta do contrato, foi elaborada em consonância com a legislação de regência, não havendo o que ressaltar.

81.

IV.VII. DA DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

82. O art. 7º da Lei nº 14.133/2021, trata da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, estabelecendo em seus incisos os requisitos a serem observados. O § 1º do referido artigo, enuncia que a autoridade deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação. O art. 9º da Lei nº 14.133/2021, também apresenta algumas limitações a serem observadas no caso concreto.

83. O Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023, por sua vez, estabelece regras e diretrizes para o agente de contratação e à equipe de apoio para que desempenhem as funções essenciais nos processos de licitações e contratações públicas, nos termos da Lei federal nº 14.133, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, as quais devem ser observadas.

84. O art.4º do referido Decreto trata da Portaria de Designação das Funções essenciais no processo de contratação, enquanto o art. 7º trata de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

85. No caso concreto, verifica-se que o pregoeiro e a respectiva equipe e apoio foram designados por meio da Portaria da Contratação ([SISLOG 124081](#)), nos termos do art.10 do Decreto Estadual estando consonante com a normativa federal.

IV.VIII. DA PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DE CONTRATO

86. É obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e de seus anexos, incluindo o termo de contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como a publicação do extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam o art. 54, caput e §1º, e o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

87. Enfatiza-se, também, que após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização, no referido Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), dos documentos elaborados na fase preparatória que, porventura, não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

88. Nesse sentido, o órgão deve estar atento.

V. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

V.I. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

89. Nos processos licitatórios sob o regime de Registro de Preços, no momento da contratação, o órgão contratante deve registrar nos autos a indicação da dotação orçamentária correspondente.

90. Quanto à legislação suplementar aplicável (regramento federal ou estadual), é essencial considerar a origem do recurso orçamentário que custeará as despesas da futura contratação. Conforme entendimento consolidado pelo Despacho nº 539/2018 SEI – GAB (SEI nº 3558063, processo nº 201800010005823):

a) quando o recurso orçamentário destinado às aquisições for oriundo da União, deve-se aplicar, tanto na licitação quanto na contratação subsequente, o regramento federal;

b) quando o recurso orçamentário for de origem estadual, devem ser aplicadas as normas gerais de licitação e contratos administrativos editadas pela União, em conjunto e de forma suplementar, com as normas específicas editadas pelo Estado de Goiás.

91. O mesmo entendimento se aplica ao Sistema de Registro de Preços (SRP). Conforme reconhecido no Despacho nº 80/2020 – GAB (processo nº 201900010019822, SEI nº 000011052053), a inexistência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do procedimento de registro de preços *"não significa absoluta impossibilidade de que, em determinadas situações, já se vislumbre a origem dos recursos que serão direcionados para as futuras aquisições de bens e/ou prestação de serviços"*.

92. Por outro lado, na hipótese em que não seja possível antecipar a origem do crédito orçamentário a ser utilizado para as futuras contratações, devem ser aplicadas as normas gerais de licitação e contratos administrativos editadas pela União, conjuntamente e de forma suplementar, com as normas específicas do Estado de Goiás. Nesse caso, não será possível utilizar a Ata de Registro de Preços para aquisição de bens e/ou contratação de serviços que posteriormente venham a ser custeados com verbas de origem federal.

93. Em síntese, no âmbito do SRP, embora não seja obrigatória a previsão orçamentária imediata, caso a origem dos recursos possa ser previamente identificada, as regras correspondentes devem ser aplicadas. Caso contrário, as normas gerais da União e as normas estaduais serão adotadas de forma conjunta. **No entanto, recursos federais não podem ser utilizados para contratações realizadas com base em atas de registro de preços estaduais.**

94. Importa, ainda, ressaltar os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal nos pontos:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: [\(Vide ADI 6357\)](#).

I- estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II- declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

(...)

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. [\(Vide ADI 6357\)](#).

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. **(grifo)**

95. Nesse sentido, caso a contratação envolva a criação ou expansão de uma ação governamental que resulte em aumento de despesa, deve-se anexar a estimativa do impacto orçamentário para o exercício vigente e os subsequentes, bem como a declaração de adequação orçamentária e financeira para custeio das despesas.

V.II. DA OBSERVÂNCIA ÀS PRESCRIÇÕES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

96. A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado. Seu objetivo é proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

97. As contratações públicas não devem ficar à margem da proteção de dados, tema que foi elevado à categoria de **direito fundamental** pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022.

98. Diante disso, a Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos (CNMLC/DECOR/CGU) emitiu o Parecer nº 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00397/2022/GAB/CGU/AGU.

99. Nesse contexto, **recomenda-se** que o órgão assessorado **não inclua números de documentos pessoais nos instrumentos de contratação**, restringindo-se a informar, no preâmbulo do ajuste, apenas o nome do contratado.

VI. CONCLUSÃO

100. Diante do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, bem como o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **opina-se pela possibilidade jurídica de prosseguimento do presente processo**, desde que sejam observadas as recomendações estabelecidas neste parecer.

101. Além disso, com base nos documentos que instruem o processo, **recomenda-se a alteração do Documento de Oficialização de Demanda (DOD)** para adequação da estimativa do prazo de assinatura do contrato, considerando que o prazo originalmente indicado já se encontra expirado.

102. Caso as recomendações emitidas ao longo do parecer sejam acatadas, ou eventualmente afastadas de forma motivada, nos termos do **art. 50, VII, da Lei Estadual nº 13.800/2001**, e conforme já ressaltado nas considerações preliminares desta manifestação, **o processo poderá seguir regularmente, sem necessidade de novo encaminhamento a esta unidade**, exceto em caso de controvérsia jurídica objetiva e específica apontada pela unidade consulente.

103. Diante disso, **devolvam-se os autos à Gerência de Compras Centralizadas para conhecimento e adoção das providências cabíveis**.

GOIANIA, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO CUNHA CHUEIRI, Procurador (a) do Estado**, em 27/02/2025, às 10:41, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **71312651** e o código CRC **17381699**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, , - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO - GOIANIA -
GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo nº 202400005028790



SEI 71312651